



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0017/03	DATA: 30/01/03
INÍCIO: 09h37min	TÉRMINO: 13h15min	DURAÇÃO: 01h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h41min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 21
REVISÃO: Cláudia Castro, Gilberto, Maria Teresa		
CONCATENAÇÃO: Myrinha		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Leitura, discussão e votação do relatório final. Encerramento da CPI.

OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Houve falha de gravação. Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Havendo número regimental e agradecendo à Deputada Vanessa Grazziotin, declaro abertos os trabalhos da 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da ata da 27ª reunião. E, assim sendo, indago a necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Pedido de dispensa da leitura da ata pelo Deputado Asdrubal Bentes. Coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. Aprovada a ata. Solicito a presença dos Deputados Asdrubal Bentes e Sarney Filho na Mesa. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Passamos à Ordem do Dia. A presente reunião tem por finalidade a apresentação, discussão e votação do relatório final desta CPI. Os Srs. Deputados que desejarem discutir a matéria deverão inscrever-se junto à Secretaria. Informo que o prazo para discutir a matéria é de quinze minutos para os membros da Comissão e para os Líderes e de dez minutos para os Deputados que a ela não pertencem. Esclareço também que durante a discussão podem ser apresentadas sugestões de alterações do relatório, as quais serão analisadas pelo Relator e por ele acatadas ou não. As sugestões rejeitadas pelo Relator não poderão ser objeto de destaques, que serão aceitos até o anúncio da votação. Serão aceitos apenas destaques supressivos que incidam sobre partes do relatório. Com a palavra o Relator, Deputado Sarney Filho, para apresentação do seu relatório. Em seguida submeterei, imediatamente, o relatório à discussão.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o relatório já foi disponibilizado para todos os membros da Comissão, portanto, acho que seria inócuo que eu fizesse a leitura completa dele. No entanto, gostaria de ler só a introdução, até mesmo porque faz justiça a V.Exa., à sua atuação e à maneira como conduziu os trabalhos da Comissão. Também gostaria de registrar, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, o empenho, a dedicação, o mérito dos



funcionários, dos assessores da Comissão, de todos aqueles que presenciaram nossas reuniões aqui, aqueles que acompanharam o Presidente nas suas viagens. Registro que seria humanamente impossível que se fizesse um relatório como esse se não fosse o empenho desses funcionários. Então, Sr. Presidente, ao tomar como tarefa "apurar irregularidades no tráfico de plantas e animais silvestres, da flora e fauna brasileiras, entre Estados da Federação e para o exterior", a CPI do Tráfico de Animais Silvestres — que passaremos a denominar CPITRAFI —, passou a ter que investigar e analisar problemas extremamente complexos, não apenas em termos de infrações penais e administrativas como também em termos de políticas públicas e legislação. O plano de trabalho aprovado pela Comissão divide o trabalho em três vertentes básicas: tráfico de animal silvestres; exploração e comércio ilegal de madeira; e biopirataria. Cada uma dessas vertentes pode ser subdividida em uma série de outros temas. Em relação ao tráfico de animais silvestres, devem ser enfocados especificamente, por exemplo, os criadouros científicos e comerciais que apresentem irregularidades em seu funcionamento, as rotas do tráfico, incluindo pontos de captura e vias de escoamento para os mercados nacional e internacional; a ineficiência do sistema de fiscalização, e diversos outros temas. Em relação à exploração e ao comércio ilegal de madeira, hão de ser objeto de trabalho, por exemplo, a situação específica da Amazônia Legal e da Mata Atlântica, as irregularidades presentes no esquema de controle como o comércio das ATPFs, bem como as ações governamentais em andamento, como o Programa Nacional de Florestas. Em relação à biopirataria, o campo de estudo é gigantesco e encontra-se hoje praticamente inexplorado. A própria atuação do Governo Federal na questão é recente. Face à exiguidade de tempo disponível até o prazo final para o término dos trabalhos, procurou-se concentrar a atuação da CPI em casos que pudessem funcionar como demonstração da realidade do País. Acreditamos que, mesmo com pouco tempo de trabalho, conseguimos avançar muito nas investigações e análises e fazer contribuições importantes, que irão auxiliar a atuação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Deve ser dito que o sucesso das investigações só foi possível em função da dedicação dos membros da Comissão, em especial do seu Presidente, o incansável e competente Deputado Luiz Ribeiro. Destacamos que se faz essencial a continuidade dos trabalhos na próxima legislatura, mediante a



criação de uma nova comissão com a mesma finalidade. Sr. Presidente, já foi lido relatório, e passo a palavra a V.Exa., para que conduza os trabalhos novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não concordo com nada dessa parte em relação a minha pessoa, principalmente o "incansável e competente", porque estou morto de cansado, sabe? Quero confessar ao senhor que estou absolutamente cansado, mas absolutamente feliz. Depois, vou dizer porque estou tão feliz assim. Vamos iniciar a fase de discussão do relatório. A partir deste momento, quero esclarecer ao Plenário que poderá ser pedida a vista da matéria, somente por membro da Comissão, devendo ser concedida, como prevê o Regimento. Só que estamos no seguinte hiato: a vista seria por duas sessões, mas como não há sessões nesse período, o Presidente vai estipular o prazo e, em seguida, haverá a reunião. O senhor falou sobre a ditadura dos Relatores. Tem que falar sobre a ditadura dos Presidentes também, Sr. Deputado. O senhor tem que avançar nesse aspecto também. Após o encerramento da discussão, darei a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, por vinte minutos, para réplica e, em seguida, submeterei imediatamente o relatório à votação. Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, queria primeiro fazer algumas sugestões. Houve sugestões aqui apresentadas por diversos Deputados, após o pré-relatório que me foi encaminhado. Então, nós gostaríamos de saber se a Secretaria tem como relacionar quais foram essas sugestões encaminhadas ao Relator que o Plenário sequer tomou conhecimento. Daí a justificativa que vou fazer, porque pode parecer até que eu estava chamando o nosso Relator de ditador, mas eu falei "em tese", quando propus uma sugestão, porque não vi constar do relatório, que constasse nas conclusões da CPI um pedido à Mesa da Câmara no sentido de reforma do Regimento Interno no que tange ao capítulo das CPIs. Eu disse: "Aí se estabelece uma verdadeira ditadura dos Relatores." Já que nós, da plebe ignara aqui do Plenário, não temos direito a apresentar emendas, destaques, a não ser supressivos, e, com isso, ficamos ao bel-prazer do Relator, do seu livre arbítrio, do seu livre entendimento, que nem sempre expressa o entendimento dos membros da Comissão. Então, é essa a sugestão que peço à Secretaria — ainda pretendo discutir outros pontos. A preliminar que faço é



que a Secretaria informe à Presidência e ao Relator as sugestões que foram apresentadas, para que nós do Plenário tomemos conhecimento. Uma vez que não podemos emendar nem destacar, pelo menos queremos tomar conhecimento que poderemos pedir a supressão de algo que por acaso venha a ser incluído no relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes, mas antes da decisão da sua solicitação, Deputado Antonio Feijão.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Sr. Presidente, na realidade, eu não queria discutir o relatório, mas queria deixar registrado nos Anais a pertinência e a dedicação de todos os funcionários desta Casa, que assessoram esta Comissão, dos Parlamentares, em especial V.Exa., que foi incansável nessas visitas. Num período difícil, conseguimos chegar hoje para analisar e quiçá aprovar este relatório. Tenho certeza de que, dentro dele, pela cunha de quem o escreveu, teremos boas projeções para que a nova legislatura possa dar prosseguimento. Deputado Sarney Filho, Ministro que trouxe a modernidade das relações sociais com as questões ambientais, e que hoje se aprofundam com a Ministra Marina Silva, também colocará a sua marca para que esse seja um ponto de início e não uma estação de chegada. Era só isso que gostaria que ficasse registrado aqui: tanto os funcionários da Casa quanto esses Parlamentares se dedicaram nesse período difícil de fim de ano e final de legislatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Novamente falo: com toda razão a primeira parte da sua observação, a segunda absolutamente. Agradeço também ao Deputado Antonio Feijão, que nos deu lições. Deputado Asdrubal Bentes, o senhor fez a solicitação à Presidência na questão das sugestões apresentadas a esta Comissão. Posso relatar que foram dadas como colaborações os seguintes Deputados: Deputado Luizinho, na questão específica de identificação de animais — que achei até muito interessante e assumida pelo Relator em várias oportunidades. Se virmos o Relatório vamos perceber que as posições do Deputado Luizinho são bastante claras na questão de identificação, o que, talvez, seja uma das razões por que se faz tanto tráfico de animais no Brasil; Deputado Josué Bengtson, outro Sub-Relator que apresentou propostas específicas no seu cerne, algumas já vinham avançando no Relatório e outras aproveitadas; Deputada



Vanessa Grazziotin, a colaboração na questão da madeira, tópico, talvez, dos mais espinhosos. Inclusive, consta no relatório praticamente na íntegra, com a inclusão de dados estatísticos muito interessantes, num trabalho de compilação feito tão brilhantemente pela Deputada Vanessa Grazziotin; Deputado Asdrubal Bentes, que, negociada com o Relator previamente antes desta reunião, vamos, com certeza, fazer constar do relatório, na medida real da negociação. A prática legislativa, a prática parlamentar, é exatamente essa: a busca da negociação para que se chegue ao possível. Acho que chegamos ao possível neste caso específico. Durante todas as sessões, V.Exa. é minha testemunha, comecei numa posição absolutamente contrária, radical, e fui mudando ao longo do tempo, até porque isso até me faz muito feliz, quando mudamos vergados por argumentos fortes e reais, basicamente na questão enfocada por V.Exa. na sua solicitação. Deputado Luiz Ribeiro, Presidente da Comissão, como Deputado pertencente à Comissão, fiz duas solicitações, uma se prendendo especificamente à inclusão no relatório de uma academia — este termo não é mais usado, é Centro de Formação do IBAMA, especificamente do IBAMA —, para uniformização das ações de fiscalização, e a outra solicitação, em termos de projeto de lei, para se fazer uma das questões levantadas pelo Dr. Luciano, na época, Chefe de Fiscalização, absolutamente focal e coerente, que é a questão das comissões de inquérito, visto que um dos problemas que realmente leva à impunidade e se gastam milhões de reais, são processos administrativos que duram anos, ao qual não se chega à conclusão nenhuma, em razão do que ele chamou de corporativismo negativo, coisa que este Deputado assumiu, e está também em forma de projeto de lei. Vou suspender a sessão por dois minutos. A Deputada Vanessa Grazziotin está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, peço a palavra antes que V.Exa. suspenda por alguns minutos, porque me sinto na obrigação de falar a respeito do andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero dizer a V.Exa. que li com muito cuidado — não tivemos tempo necessário para uma leitura mais detalhada —, mas li o relatório todo e gostaria, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, de fazer algumas observações — não se preocupem, porque todas elas serão observações positivas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Pertinentes e positivas, não temos a menor dúvida, não estamos absolutamente preocupados.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Positivas; pertinentes já não sei. Entretanto, serão observações positivas, não tenho dúvida nenhuma. Não poderia deixar de destacar algo registrado no histórico, no início do relatório, após a introdução, no histórico desta CPI. Esta CPI, lembrando a todos nós, foi instalada no dia 13 de novembro de 2002, período muito próximo ao recesso parlamentar e, muito mais do que isso, muito próximo ao término de uma legislatura, muito próximo à mudança de Governo neste País — não uma mudança qualquer, uma mudança profunda, que, sem dúvida nenhuma, causou repercussão não apenas no Brasil, mas no mundo todo. A CPI foi instalada no dia 13, hoje estamos no dia 30 de janeiro, prestes a votar o relatório. Lembro que ontem a CPI do FUNDEF, Fundo de Desenvolvimento da Educação, foi arquivada pela falta de *quorum*. Aí, Sr. Presidente, quero dizer que, apesar de toda minha dedicação, apesar de toda responsabilidade que procuro ter no desempenho do mandato parlamentar, quero dizer que não fosse a postura, a conduta, de V.Exa. como Presidente desta CPI, certamente não estaríamos aqui no dia de hoje. Digo isso, porque eu mesma, que sou uma pessoa que aceito todo e qualquer tipo de desafio, em determinados momentos, imaginava que não teríamos condições de dar conta do recado. Sei que saímos desta CPI, o Relator principalmente deve sair com um certo grau de frustração, porque poderíamos ter produzido um relatório muito mais abrangente, um relatório muito mais complexo, tamanha a complexidade do tema. Não estamos tratando aqui de tráfico de animais, plantas, animais silvestres e plantas na Amazônia, estamos tratando no Brasil inteiro, uma nação que tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. São diversas unidades que compõem a Federação, com realidades diferentes e com problemas extremamente complexos e diferentes. Todos gostaríamos de estar aqui com um relatório, talvez, muito mais completo, mais abrangente. Entretanto, acho que o relatório, pelo tempo que tivemos, pelo momento político em que funcionou a CPI e pela dedicação do Relator, mas, sobretudo, pela sua dedicação, pelo seu incentivo de nos levar nas diligências, de nos convencer de estar presentes às inúmeras audiências públicas que realizamos aqui nesta sala de comissões e fora daqui, penso que saímos engrandecidos. Saí engrandecida. Quero





dizer que aprendi muito com V.Exa. Repito, sobre o que está dito aqui em relação à sua pessoa não tenho dúvida nenhuma, acho que está dito pouco. Poderíamos dizer que a postura do Relator, a postura do Presidente foram fundamentais para que, nesse período difícil, em que muitos Parlamentares não voltariam à Casa, pudéssemos chegar, no dia 30 de janeiro, véspera da posse de uma nova legislatura, com *quorum*, com um número de Parlamentares que supera o *quorum* necessário e votássemos o relatório. Tenho algumas pequenas divergências com algumas coisas aqui postas. Sinto que algumas sugestões minhas não foram acatadas, mas não solicitarei, neste momento, que o Relator reveja ou discuta. Nós não temos tempo para isso. Acho que foi feito o possível, e foi muito bem feito, para o período em que nós trabalhamos, Sr. Presidente. Então, eu quero cumprimentar o Relator, quero cumprimentar V.Exa. Agora, quero dizer que sinto falta de uma coisa aqui. Acho que temos muitos técnicos, consultores, funcionários da Casa que nos ajudaram, e eu senti falta do nome deles aqui. Aqui, nós temos destacado a colaboração de alguns técnicos do IBAMA. Foi fundamental a ajuda deles e de outros órgãos. Acho que o Delegado Mauro Spósito, da Polícia Federal, foi um dos grandes colaboradores, como tivemos outros tantos grandes colaboradores, todos do IBAMA que estão citados. Mas nós temos alguns servidores da Casa que foram fundamentais também, Sr. Presidente. Acho que nós deveríamos registrar isso aqui. Nós temos a Dra. Sueli, em meu gabinete, eu quero registrar, tem duas pessoas, um mestre em meio ambiente, uma mestra em urbanismo, que deram uma colaboração fundamental nesse levantamento de dados e estatísticas — e V.Exa. acaba de falar —, eu acho que falta o registro aqui. Então, penso que o Deputado José Sarney, nosso Relator, poderia incluir um novo parágrafo. É a única solicitação que eu faço no sentido de reconhecer também o brilhante trabalho que todos os técnicos tiveram, os que não são e os que são da Casa. Era isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputada, descontando, evidentemente, essa parte solene e a sua bondade extrema com esta Presidência — com o Relator, não, achei absolutamente justa, e com os membros da Casa —, eu já tinha solicitado ao Sr. Manoel, Secretário desta Comissão, que fizesse a relação, e já deve estar pronta, de todos aqueles funcionários da Casa que participaram ativamente da nossa Comissão. Evidentemente, nós temos também nomes de





peessoas que nos ajudaram, e ajudaram de maneira efetiva também nas audiências. Porque esta Comissão — os Deputados sabem, o Deputado Sarney sempre apoiou muito —, foi ao encontro das provas, não deixou as provas chegarem para depois agir, foi ao encontro de algumas coisas muito interessantes, provocadas, inclusive, por depoimentos nas audiências públicas. E aqui também nós temos uma relação de funcionários do IBAMA, da Polícia Federal, que nos ajudaram nas investigações — que tinham hora para começar, normalmente era às 5h30min, e não tinham hora para terminar —, que determinaram a apreensão, só pela Comissão, de mais ou menos dois mil animais no Brasil; o fechamento de dois zoológicos clandestinos, e também de alguns criadouros ditos científicos que vendiam animais. Inclusive, a CPI trouxe e entregou, está faltando esse documento — e eu quero deixar registrado em ata —, está faltando um documento que esta Presidência precisa assinar. Trouxemos quatro animais apreendidos, não como amostra, mas para dizer que: primeiro, houve a apreensão e, segundo, ali estavam animais, da lista do anexo 1, que tentaram vender ao negociador, que esta Comissão conseguiu, para um criadouro científico lá no Rio Grande do Sul. Inclusive, eu preciso do documento para passar ao IBAMA aqueles animais, porque senão eles ficarão sob responsabilidade não desta Presidência, mas da Casa. Então, nós precisamos regulamentar a condição desses quatro animais. Deputado, já decidindo a sua solicitação, antes que o senhor use a palavra, nós vamos estipular um pequeno recesso de dois minutos, até porque eu gostaria da paciência e da compreensão dos companheiros. O Deputado José Sarney Filho vai assinar a ficha no PV e vai se ausentar por poucos minutos, aqui em frente, está convidando todos os Deputados para estarem presentes. Convido também toda audiência para estar presente à solenidade de filiação, só com aquela solicitação de praxe, que seria impossível às vezes de ser cumprida, mas que seja rápido para que nós continuemos a votação dessa importante matéria. Obrigado, Deputado. Enquanto isso, a Secretaria da Comissão apresentará todas as sugestões, todos os anexos ao Deputado Josué Bengtson e a todos os Deputados que assim o quiserem.

**O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. Se todos nós temos problema de tempo, por que não ficaremos, então, discutindo, mesmo com a ausência do Relator? Como me parece que há um



consenso de aprovação do relatório, e a gente quer apresentar também algumas observações aqui, que nós continuássemos, porque nós também temos problema de tempo. O Relator se ausenta numa hora dessa para assinar uma ficha! Com todo o respeito que eu tenho pelo ex-Ministro, mas acho que nós teríamos que ter aqui... nós temos problema de tempo também. Agora, eu proporia que os demais Deputados usassem da palavra, fizessem as suas observações e se desse continuidade a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Em termos de realização dos trabalhos, está perfeito, só que é importante, na articulação dos temas que os Deputados vão apresentar, a presença do Relator. É muito melhor que ele esteja presente. Como me pareceu relevante, e vai ser absolutamente rápido o compromisso do PV e o compromisso do Ministro, para nós não avançarmos na repetição, não nos tornarmos repetitivos, não fazemos propostas agora e depois ao Relator, por dois minutos, eu não achei absolutamente relevante. Vamos ver se são dois minutos.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Inicialmente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Mais dois minutos políticos, vamos chamar assim. Vamos dar cinco minutos ao Deputado José Sarney.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, eu tive a mesma intenção do Deputado, eu ia fazer a mesma solicitação, mas, tendo em vista que o Relator tem que dar a palavra final, senão nos tornaremos repetitivos, teremos que aguardar para que S.Exa. acate ou não as sugestões dadas pelos Deputados, temos que aguardar o retorno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Está suspensa a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO** - *(Inaudível.)* ...lamentavelmente, nós aqui, por uma questão até de educação com o Relator, foi marcado cinco minutos para que ele pudesse ir e voltar. Já se passaram quarenta minutos — eu estou contando — de uma sessão importante, que é a aprovação do relatório. Eu me retiro em protesto a esse tipo de ação que está sendo feita agora, neste momento. Porque se fosse uma questão de saúde, mas o Sr. Relator está indo para se filiar a um partido, que acho que teria condições de marcar um outro horário, e se ausenta.



Ontem, ficamos aqui, inclusive, compreendemos a situação de S.Exa. ontem, porque tinha problemas de transporte, mas agora é impossível. Eu me retiro, não assino, inclusive, o relatório e, na legislatura que vem, passo a informar à Casa deste meu comportamento, deste meu ato neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Moacir Micheletto, antes de o senhor se retirar, o senhor tem todo o direito... Na realidade, foi uma forma educada de agir da Presidência quanto à concessão do tempo ao Deputado. S.Exa. solicitou à Presidência; quando todos os Deputados solicitam, eu sempre tento, às vezes digo não, mas sempre tento, até por respeito, sempre tento aprovar. Ele fez uma solicitação, eu achei por bem não continuar por conta da falta exatamente do Relator, para que não sejamos repetitivos, na medida em que, se fizermos uma observação agora, uma observação atual, daqui a pouco o Relator vai chegar, porque ele tem esse compromisso e vai cumprir, e vamos ter que repetir para ele. Daí, antes de o senhor se retirar, a minha explicação. Eu achei que o senhor, inclusive, não ficou chateado por conta disso. A demora, evidente, é por se tratar de uma solenidade. Mas eu gostaria de antepor a sua observação da seguinte maneira: esta é uma casa política, e casa política é movida por momentos políticos, que não são...

**O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO** - Mas tem limites, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Moacir Micheletto, momentos políticos são às vezes não tão comuns na vida do Parlamentar nesta Casa. Era um momento importante para o Relator, e uma parte dos Deputados está lá, inclusive, apreciando-o. Eu fui e voltei até porque achei que o meu lugar era aqui. Eu tenho que ficar aqui justamente para poder conversar, para poder argumentar, para poder contornar...

**O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO** - O senhor está numa delonga até para ver se o ex-Ministro chega.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, não.

**O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO** - Sr. Presidente, com todo o respeito, eu tenho outro compromisso. Como ele também tem, eu tenho outro compromisso e não posso, inclusive, ficar ausente desse compromisso. Fica essa a minha posição, democraticamente, com todo o respeito que eu tenho pelo Relator,



com todo o respeito que eu tenho por V.Exa., que lamentavelmente... Eu também não teria muita autoridade até de fazer crítica, porque eu não participei de nenhuma audiência pública. Tenho algumas observações, fiz, inclusive, no pré-relatório. As minhas não observações estão no relatório. Concordo com o que os companheiros, já me parece, que se passaram por aqui... E eu acho que fiz o meu compromisso, o meu dever de Deputado de estar aqui, e lamentavelmente, eu acho que... Já estão me chamando para o compromisso, eu tenho de me ausentar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Acordando, inclusive, que o político, todos têm o direito de ter compromisso — direito, não, obrigação, porque nós vivemos em compromisso —, agradeço a presença a V.Exa.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Da mesma figura com cores diferentes, vamos reiniciar a sessão. Vamos reiniciar, Sr. Relator, com algumas sugestões que achamos importantes que possam participar, possam fazer parte do corpo do relatório final. Nós temos hoje, e com a complacência do Plenário, nós temos hoje... Só dá uma tocada aqui...

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Nós temos hoje na Casa mais de vinte projetos que tratam especificamente da proibição de animais em circos. A sugestão nossa é que fosse, como sugestão mesmo à Mesa, para que agilizasse a tramitação desses projetos, visto que em vários Estados brasileiros já é proibido. O que está acontecendo nesse aspecto específico é uma inversão, na medida que, pela inanição de ações do Poder Público Federal, alguns Estados já estão tomando a iniciativa. Eu cito, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde é proibido. Cito também a cidade de Belém. Lá é proibido só animais perigosos, por causa de um caso que foi citado lá. A criança que foi morta por um leão, e, no final, descobriu-se, na autópsia desse leão que matou a criança... Eu acho que a Deputada Vanessa estava lá, não é, Deputada, nesse dia? Foi feita a autópsia do leão, e só se encontrou o corpo do menino no estômago, um pedaço de corpo do menino no estômago. Nenhum outro pedaço de alimento, nada no intestino do animal. Ou seja, ele estava sem comer há, no mínimo, três ou quatro dias, segundo o laudo do IML local. Então temos relatos



também, e um depoimento bastante forte, dizendo que no circo... Qual o nome do circo lá em São Paulo, Deputado Luisinho?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, aquele outro... É que estariam sendo sacrificados animais...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, fechou. Em São Paulo, também é proibido os animais do circo...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Teve problemas? Bona Parque. Então, para nós não perdermos a oportunidade, inclusive... É questão de oportunidade mesmo, já que os Estados estão sendo...

**(Não identificado)** - Seria uma recomendação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Uma recomendação à Mesa...

**(Não identificado)** - ...para que agilizasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - ...agilizasse a tramitação desses projetos que proíbem animais em circo. Outra sugestão, rever também, que a Mesa solicitasse, ou uma Comissão Especial, ou mesmo uma Comissão da Casa, que fizesse a revisão da legislação quanto à questão dos animais domésticos, talvez as maiores vítimas de maus tratos neste País, em termos de animais. Quem já não escutou falar de um cachorro que mordeu a criança? O dono do cachorro vai e joga esse cachorro fora, larga no meio da estrada, larga no meio da rua. Quer dizer, é também uma questão de oportunidade, embora não seja esse o ponto, o nosso objetivo da CPI, mas também levantar esse aspecto, uma recomendação, uma solicitação à Mesa, que fizesse a revisão da legislação que trata de animais domésticos. E uma outra, um pouquinho mais complexa: nós temos aproximadamente duzentos nomes de pessoas que chegaram à CPI. Seria o caso de solicitar o número, para já na...

**(Não identificado)** - Recomendar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Recomendar...

**(Não identificado)** - ...esse PL especificamente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - ...esse PL específico, que trata de maus-tratos, que está em tramitação na Casa. Esse é um pouquinho mais complexo, eu queria a atenção dos Deputados. Nós temos aproximadamente duzentos no nosso acervo, Deputado Feijão. Nós temos no nosso acervo aproximadamente duzentos nomes que foram dados à CPI, oferecidos à CPI em audiências secretas. Por que audiências secretas? Audiência secreta, para esclarecimento de todos, é uma audiência em que nada fica escrito, só se escreve o que os próprios Deputados quiserem. Mas esse nomes estão aí. Minha pergunta, minha solicitação é que eles façam parte do relatório final, por uma questão de precaução, porque senão não teremos o que fazer com esses nomes, nós não poderemos mandar para lugar nenhum, pelo menos para que sejam investigados, não em termos de indiciamentos oficiais, visto que não fazem parte específica dos depoimentos públicos, mas, como nós temos duzentos nomes, Deputado Feijão, duzentas pessoas que foram citadas em determinados momentos em audiências reservadas; reservadas, não, secretas... Para que não tenhamos que responder a essa pergunta, o que fazer com esses nomes, vem a minha sugestão, uma sugestão minha, específica, para que coloquemos esses nomes no relatório e encaminhemos ao Ministério Público, para que aí, sim, o Ministério Público faça as investigações. E vai ver se tem razão ou não. Eu acho, na minha opinião, melhor isso do que nos omitirmos também e deixarmos esse nomes aqui, que vão ter que ficar na Casa sem nenhum tipo de ação.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Sr. Presidente, eu diria, como sugestão, o seguinte: muitas dessas pessoas — algumas eu assisti pessoalmente ao depoimento — são pessoas que, se tiverem o nome aberto ao conhecimento de uma investigação padrão, corriqueira, dos órgãos afins, elas terão prejudicados os seus vínculos profissionais, comerciais e principalmente a ameaça de sua vida. O que eu acho é que poderia esta CPI encaminhar isso ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Meio Ambiente para que ela decidisse que destino dar a isso, ou a continuidade de uma Comissão Externa, mas que mantivesse o compromisso desta Comissão de manter em sigilo o nome dessas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Luisinho.





**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, foi tomado em reunião secreta. Tem que ver qual é a legalidade, para que possa expor esses nomes em relatório. No momento em que se pediu que fosse reservado, não tem como dar publicidade a esses nomes. Eu acredito... Eu tenho que perguntar aos nossos assessores se é possível ou não fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, as observações tanto do Deputado Feijão quanto do Deputado Luizinho são absolutamente pertinentes. Até do ponto de vista legal, se esses depoimentos foram tomados em reuniões secretas, com o compromisso que os nomes seriam guardados em sigilo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - O nome dos depoentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Veja bem, a sua divulgação, a qualquer título, poderá acarretar até questões judiciais contra este Poder, contra pessoas que integram este Poder, ou que integraram, ou que fizeram parte, e causar danos morais para aqueles que tiverem os seus nomes divulgados, e que não poderiam ser, porque foram tomados esses depoimentos sob a condição de secretos. Então, eu louvo o seu interesse em aprofundar mais o assunto, mas, já que nesta Legislatura, de acordo com as conclusões do relatório, vai ser proposta uma nova CPI para o mesmo tema? Os nomes serão colocados à disposição da nova CPI, para que ela, então, prossiga as investigações. Creio eu que seria mais prudente, lembrando que na minha idade, a gente já chegou à conclusão de que prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Depois de ouvir... Não sei a posição da Deputada Vanessa Grazziotin, se quer dar alguma colaboração sobre a questão dos nomes colhidos em reuniões secretas... O que ocorre é que nós estamos na seguinte encruzilhada. É evidente que pode trazer prejuízos a pessoas que porventura não participem e que tenham seu nome vinculado, até por uma questão de vingança, sei lá, interesse, essa coisa toda, mas nós corremos o risco da omissão efetiva. É isso que quero deixar claro para a este Plenário, e resolvi... Visto que o compromisso, Deputado Asdrubal, no momento da reunião secreta, foi de não divulgar o nome do depoente. Esse foi o compromisso firmado.





**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, não haverá omissão, uma vez que o fato está constando do relatório. As providências estão sendo sugeridas. Agora, só não diz o nome do santo, o milagre já está constando do relatório. Então não houve omissão. Houve, sim, o zelo da Comissão em guardar o sigilo para evitar danos maiores, sejam morais, sejam materiais, àqueles que vieram espontaneamente - espontaneamente - colaborar com esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Ouvindo os conselhos... Não falo nem posições, falo conselhos, do Deputado Asdrubal... O Deputado Asdrubal é o meu grande conselheiro. Aliás, ele é o bom conselheiro porque está sempre contra mim, então é o bom conselheiro. O melhor conselheiro é esse, porque quando o cara fala o que você quer escutar, não é um bom conselheiro. Mas vou argumentar ao Relator, vou continuar argumentando ao Relator que são nomes ligados a ações... Que foram ligados a ações efetivas, a ações deletérias, a ações criminosas, que... E aí vem a questão do conceito, Deputado Asdrubal, o conceito. O que fazer com esses nomes? Uma das colocações, a do Deputado Feijão, foi colocar esses nomes para avaliação da Comissão de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Minorias, o que quebraria o sigilo também dessa... o possível sigilo, porque não há compromisso da Comissão com o nome. Há compromisso da Comissão, e é importante que isso seja frisado, com o depoente. O depoente continua... Vai ter o seu sigilo mantido. É esse o compromisso firmado, e regimentalmente é possível. Meu problema continua sendo esse, porque a gente precisa responder. O que fazer com esses nomes? Porque podem estar ligados, sim ou não. Agora, divulgar publicamente? Entregar ao Ministério Público, dizendo de maneira... não anexo ao relatório, mas entregar a quem realmente vai investigar, dizendo para eles... Eu acho que cumpriria... Eu acho que a grande dúvida que possa haver é na questão do sigilo, ou seja, essa investigação foi sigilosa, e agora está aqui. Mas não fazer nada, eu acho pior. Pelo menos eu, pessoalmente, acho pior.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, por se tratar de uma Comissão onde temos a obrigação de investigar... Aí entro um pouquinho na experiência policial que eu tenho de que quando nós temos uma informação, nós investigamos, quando a investigação chega secreta, nós investigamos e provamos ou não se existe; se é verdadeiro ou não o fato. Se nós não chegamos a esse ponto,



nós perdemos a oportunidade. Então, nós não temos como pegar os nomes que foram dados secretamente, que não há nenhum registro na Comissão, e colocar esse nome como se deve ser investigado, sem nenhuma prova por nossa parte, que tínhamos obrigação de investigar mas, devido ao tempo, não foi possível alcançar. Eu tenho dito aqui até para os Deputados que, apesar da importância do relatório, que não deu para ser o relatório que nós desejávamos, até porque nós ouvimos, o mais importante que fica desta CPI são os arquivos. Os Deputados que aqui permanecem têm que pedir, requerer esses arquivos no momento que abre uma nova CPI. Porque nós temos fita acusando, temos gravação, tem ações que V.Exa. desenvolveu pelo País e prisões, alguma coisa que nós não vamos ter tempo de conduzir e responsabilizar algumas pessoas. Eu acho que a próxima CPI tem que usar esse material que foi guardado por esta CPI atual, para que possa ser investigado. Então, esses nomes devem constar e continuar nos arquivos da CPI, guardados sob a guarda da Secretaria de CPIs e, no momento em que outra CPI for aberta, que proceda às investigações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Eu quero até pedir desculpas pela minha insistência, mas como foi obra... Algumas obras até do acaso de informações que chegaram que, se confirmadas, em alguns casos configuram crime de tráfico de influência, tráfico de animais, tráfico de madeira, mas também tráfico de influência, mas também corrupção de funcionários, alguns já até em investigação, volto a insistir que a CPI pode ser criada ou não. É uma questão de... É um compromisso que não podemos firmar. Esse compromisso nós não podemos firmar. O outro compromisso que nós não podemos firmar é também nos omitirmos. Também não podemos nos omitir nessa questão.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, nós vamos ter que, então, usar aqui as palavras do nosso Deputado sobre a ditadura do Presidente. A maioria decidiu pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, é o Relator que vai...

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - A maioria decidiu pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, é o Relator. Estou colhendo opiniões.



**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Mas V.Exa. continua insistindo, e a maioria já decidiu pelo contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Eu estou insistindo visto que... Também não vou colocar em votação, não. Não é questão de colocar em votação. Não é também uma emenda supressiva. É uma argumentação de um fato que, como Presidente, eu tenho que relatar. Porque as pessoas, às vezes, até esquecem...

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, a sugestão que V.Exa. faz não é na condição de Presidente, é como membro desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Exatamente, e tem que ser como membro.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Então, conseqüentemente, nós gostaríamos de ouvir o nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas eu gostaria que antes, o nobre Relator ...

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - O seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Exatamente. Mas eu gostaria também que, até para fundamentar essa decisão, que os Deputados se colocassem. É um momento realmente delicado. E o que fazer? Eu tenho as minhas preocupações, Deputado Josué Bengtson, porque foram nomes dados em depoimentos. Pode haver ou não uma nova CPI que vai desarquivar. Se eu mandar para a Comissão de Meio Ambiente e Minorias, se o resultado de toda essa nossa conversa for mandar para lá, nós vamos quebrar o sigilo de qualquer maneira, para onde nós mandarmos. Quebrar sigilo que não existe, compromisso da Comissão; temos compromisso de sigilo com o depoente. Deputado Feijão.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Sr. Presidente, só para explicar a questão da Comissão: a idéia é mandar as denúncias para a Comissão. Eu não me expressei corretamente. É mandar as denúncias desses depoentes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Que vão constar os nomes.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Não. Nós buscamos neles as denúncias. Há um código denário que a CPI encaminhou nesta conversação de depoimentos sigilosos, que tem que ser preservado, senão a própria CPI quebra o seu código denário, porque nós nos honramos a preservar os nomes deles. O que



não expressei corretamente, e estou pedindo vênica para fazê-lo agora, é que se encaminhem as denúncias oriundas desses depoimentos à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - É como eu falei, Deputado Feijão. Encaminha o milagre, e não o nome do santo que fez o milagre...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Pois é, mas...

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - ...que operou o milagre. E mais. Até uma sugestão, que não sei se o Presidente iria aceitar ou o Relator aceitaria... O Presidente aceitaria, o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - O Presidente não manda mais nada.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Veja bem. Por que não encaminha, como falou o Deputado Feijão, com a sugestão de criar uma Subcomissão lá na Defesa do Consumidor, para tratar desses problemas dos animais? Seria uma sugestão plenamente viável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Que também é um compromisso que não pode ser firmado, porque depende de votação e tudo o mais. Por exemplo... Vou dar um exemplo para o senhor, muito claro. Suspeita de envolvimento no tráfico de arara azul, repito, suspeita. Estação Biológica de Canudos. É uma pessoa que tem um cargo e está suspeita. Esse depoimento foi colhido por uma pessoa que não pode ser identificada por ela. Uma madeireira em tal lugar, que extrai ilegalmente madeiras, lá no Pará. Suspeito de corrupção no Trevo do Lagarto. Como é que eu vou fazer isso? Como é que eu vou...

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - Sr. Presidente, isso é como carta anônima. Você pode ler, examinar, mas não pode passar adiante. Essa suspeita sob interrogação, será ou não será, nós não podemos escrever em relatório de CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas está tudo escrito aqui, aqui está tudo escrito exatamente assim. As outras também são assim. Eu vou solicitar então ao nosso assessor jurídico que venha até a mesa até para instruir, dar uma instrução específica a esta Presidência. E vou poupar por enquanto o Relator, até para que ele forme seu conceito de juízo sobre aspecto que é um aspecto...



**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, preliminarmente, indagaria ao Sr. Relator se ele já tem o juízo firmado, porque se já tem, nós estaríamos perdendo tempo. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Srs. Deputados, Sr. Relator, na realidade, juridicamente não há embaraço nenhum, segundo a assessoria jurídica, no encaminhamento dessas, vamos chamar, denúncias anônimas colhidas por esta CPI. A primeira coisa, não precisa constar diretamente no relatório, pode ser envolvido... Os nomes não precisam ser publicados, mas seria colocado um item no relatório que serão enviadas ao Ministério Público relações colhidas de depoimentos e sem nenhum tipo de acusação específica nossa, da CPI. A minha dúvida — aí chamo a ajuda ao Deputado Luisinho, de um lugar calmo, que vem de um lugar calmo, pacato, chamado Belfort Roxo, chamo a experiência do Deputado Luisinho. Primeiro, a autoridade... O senhor colocou como exemplo a sua experiência policial, e aí a gente queria colocar a seguinte situação. Um policial lotado na 19ª DP, um investigador lotado na 19ª DP, lá no Rio, recebe uma denúncia anônima que determinada pessoa é traficante. Ele começa a investigar, mas sai de férias. O que acontece?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Continua no mesmo campo de investigação, é outro investigador que vai fazer ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Outro investigador?

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Que seria o caso aqui, outra CPI faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi. Então, na realidade ..

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, eu estava conversando agora com o Assessor Ribamar, pode ser feito por ofício por V.Exa., fora do relatório, faz por ofício as coisas e encaminha ao Ministério Público. Não há dificuldade nenhuma nisso, e não consta em relatório. Informações que recebeu, que não há tempo de a CPI investigar, o senhor envia por ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Sem problemas, pode ser feito, resolvido o assunto.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Não, o que é isso? Eu não posso, o único risco que eu não posso correr é de ser omissos, e não vou correr esse



risco, de jeito nenhum. Se existe essa possibilidade, não há problema nenhum, encaminharei. Eu só gostaria que constasse no relatório a iniciativa que vou tomar como Presidente de encaminhar ao Ministério Público, através de ofício, todos os depoimentos, inclusive as fitas gravadas dos depoimentos colhidos por esta CPI de maneira secreta. Isso posto, então, não precisa mais ver o nome. Isso posto — é o Deputado Luiz Ribeiro que vai fazer —, gostaria de saber se mais algum Deputado gostaria de discutir algum aspecto do relatório. *(Pausa.)* Deputado Josué Bengtson.

**O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON** - Sr. Presidente, não é chover no molhado, mas eu quero dar o meu depoimento. O Deputado Asdrubal pediu para falar só para ele ler aqui antes de mim. Mas eu quero enaltecer a determinação de V.Exa. em levar esta CPI ao seu final. Eu sou crente e eu não acreditava que nós poderíamos hoje estar aqui, encerrando essa CPI. Eu não acreditaria, porque 13 de novembro, a duas semanas praticamente do encerramento dos trabalhos parlamentares, e V.Exa., com aquilo que eu digo, determinação, propôs ir em frente, inclusive semana de Natal, semana de Ano Novo, fazendo bloqueio em rodovias, segundo fomos informados... Então, a sua determinação, a boa vontade do nosso ilustre Relator, com essa equipe que merece todos os aplausos, que faz parte da Câmara dos Deputados, as assessorias, aqueles que trabalharam com V.Exa. durante esse período... Nós estamos realizando algo que eu acredito, salvo engano — sou novo na Casa —, inédito: em pouco mais de sessenta dias, instalar, realizar e encerrar uma CPI. Completa? Nada neste mundo é completo. Aquilo que hoje parece perfeito, amanhã surgem defeitos, mas o melhor possível, e partindo daí eu quero parabenizar vocês, os ilustres Deputados, que conseguiram, e a Mesa que dirigiu esta CPI, chegar a este momento. Volto a dizer: eu não podia crer, naquele momento, que isso fosse possível. Queria parabenizá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Apesar das dificuldades que terei com os ecologistas depois da afirmação que farei, mas a fé remove montanhas.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Josué Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Asdrubal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Asdrubal Bentes — fiz uma confusão danada.





**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Eu também sou crente. Ele é crente nos dois sentidos. Eu sou num só, por enquanto. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois não, Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Sr. Presidente, chegamos, digamos assim, à reta final. Praticamente não está havendo discussões sobre a matéria, e realmente ela foi amplamente discutida durante as reuniões, audiências públicas, diligências, viagens etc. Mas eu sou daqueles que seguem o princípio do Deputado Gerson Peres, lá da minha terra, Cametá, que, na nossa vida de Parlamentar, a gente só não vê boi voar. Então, nós estamos aqui no momento final, em que as conclusões ou constam do relatório, ou não constam do relatório. E depois não tem mais jeito. Se não constarem, o boi voou. Daí por que eu tenho cautela, porque eu estou aqui me debatendo, acompanhando, brigando pelas minhas proposições. E quero agradecer ao ilustre Relator, que, das dez proposições que apresentei, acatou oito. E eu gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Recorde do Presidente. O Presidente acatou quantas? Umas duas...

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Eu gostaria de enfatizar a importância desta PEC para os Estados da Amazônia e também para o respeito ao princípio federativo, que hoje está extremamente enfraquecido com a descabida e indevida, arbitrária e, às vezes, atrabiliária intervenção da União em seu patrimônio fundiário. Como dizia eu, primeiro, através do Decreto-Lei nº 1.164, que retirou cem quilômetros às margens das nossas rodovias, que não eram só as construídas, até as projetadas, e com isso estabeleceu o caos fundiário naquela região; depois com áreas indígenas desmesuradas, distorcendo o texto constitucional. Nenhuma dessas áreas indígenas, após a Constituição de 1988, preenche os requisitos constitucionais para serem assim caracterizadas. E além do que, distorcida também a disposição transitória que estabelecia um prazo de cinco anos para concluir a demarcação das áreas indígenas. E, em nome desta conclusão, Deputado Josué Bengtson, elas foram ampliadas — o Deputado Feijão também sentiu isso no Amapá —, e com isso o Estado do Pará já tem 23,4% do seu território ocupado por áreas indígenas. Cinco pontos percentuais ocupados por áreas de conservação. Aí,





acrescem mais outras áreas, reserva legal e tudo o mais, sobra para o Estado do Pará um pouco mais que 12% para a sua atividade produtiva. Então, daí a nossa preocupação, Deputado Sarney, no sentido de ver realmente configurada nas conclusões do seu relatório esta proposta da PEC, mas ainda tenho duas sugestões: uma, que apresentei ontem sob forma de requerimento e que quero pedir que seja transformada em sugestão, que é a modificação do Regimento Interno no que tange ao processo das CPIs. Na realidade, é um processo esdrúxulo, porque nós, do Plenário, nesta fase, não podemos fazer mais nada, a não ser apresentar emendas supressivas. E eu falei ontem que ia estabelecer-se a ditadura do Relator, que aí o Relator pode tudo, e nós nada podemos, passamos a ser figuras decorativas, daí por que ficamos diante de um radicalismo: ou aprovamos ou rejeitamos, e isso não é bom para o regime democrático. Então, gostaria, nobre Relator, que V.Exa. acatasse esta solução, que é de fundamental importância, e uma outra ainda, que eram duas, mas que pode se resumir em uma só, que foi com relação à legislação de crimes ambientais. Eu não sou criminalista, mas hoje a tendência do Direito Penal no Brasil é, o quanto possível, diminuir as penas privativas de liberdade, porque elas têm se mostrado totalmente falhas, insuficientes, e não conseguem recuperar o cidadão para a sociedade. Por quê? Porque o cidadão que matou uma arara e que for preso, um exemplo, o que vai acontecer? Ele talvez tenha feito aquilo num momento de desatino, ou até alguém, por necessidade, mas vai preso e vai passar a conviver com marginais da mais alta periculosidade. Ele entrou ali um réu primário e saiu um PhD no crime, que o companheiro que já tem experiência de policial sabe que o nosso sistema penitenciário está falido. Ora, e o que é que se pretende ao estabelecer sanções para quem comete infrações ambientais? É sobretudo a recuperação do meio ambiente. Daí uma sugestão, nobre Relator. Gostaria que V.Exa. ouvisse atentamente esse detalhe. Eu entendo até que o assunto é polêmico, e talvez eu tenha sido o mais polêmico de todos aqui, até porque a minha região, o meu Estado, a nossa região, a Amazônia, é quem mais sofre com os problemas ambientais. Então, veja bem, talvez, da forma como eu apresentei a sugestão, não seja possível enquadrar aqui no seu relatório, mas uma sugestão no sentido de que o Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente estudem a possibilidade de modificar a Lei de Crimes Ambientais, para colocar como pena principal a



recuperação do meio ambiente, que já existe, mas como alternativa e já na esfera do Judiciário. Isso poderia acabar na esfera administrativa. Como? No momento em que o infrator é autuado, ele assina um termo de compromisso de recuperar o meio ambiente degradado na forma de um projeto que, apresentado ao IBAMA, ou à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que passaria a fiscalizar execuções. O processo seria sustado, sustada a tramitação pelo prazo que foi concedido para a recuperação. Se, expirado o prazo, ele não recuperasse o meio ambiente, aí, sim, os rigores da lei: a multa, a pena privativa de liberdade, que também seria prevista para reincidência. Com isso, nós estaríamos fazendo o quê? Recuperando o meio ambiente, tendo a matéria-prima permanente para a mão-de-obra e para a geração de renda também. Eu creio que é do maior e mais relevante alcance esta proposição, que não digo que vá ser aprovada, mas que pode ser levada a debate nesta Casa, afinal de contas, esta é a Casa do debate, do diálogo, do entendimento para buscarmos das divergências a convergência democrática.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Obrigado, Deputado. O senhor tem de apertar esse botão para escutarmos sua voz.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Para concluir, eu queria reiterar o que já falei, se não me falha a memória, em Belém, quando pedi que a ilustre Presidência fizesse constar dos Anais desta Comissão o zelo, o desempenho, a dedicação de todos aqueles servidores, da Casa ou não, que participaram dos trabalhos, aqueles que foram requisitados, aqueles que são assessores do Relator, por exemplo, da Presidência, enfim, de todos quantos deram sua parcela de contribuição para que esta Comissão, em tão curto espaço de tempo, pudesse produzir o relatório, que, se não é o ideal, pelo menos é aquilo que foi possível fazer. E não apenas que conste dos Anais, mas que seja oficiado a cada órgão de origem do servidor — isso naturalmente deve ser votado em plenário — um voto de louvor para que conste dos assentamentos funcionais de cada funcionário pelo zelo, dedicação, pelo empenho, pela competência demonstrados no exercício de suas funções.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Muito bem, gostaria só de encaminhar ao Relator nomes de todos os servidores da Polícia Federal, do IBAMA, dos assessores, e fazer uma rápida consideração sobre um dos funcionários e, em



nome dele, saudar o trabalho de todos: o Sr. Manoel Alvim, Secretário da Comissão. Tem os seus defeitos — nada como convivermos para sabermos os defeitos —, mas nada mortal, nada que possa impedi-lo... Mas passando essa fase de brincadeiras, gostaria de saudar o Sr. Manoel Alvim, para que encaminhe a toda sua equipe, à equipe de funcionários da Casa que trabalhou com ele, mais do que um voto de louvor, justamente proposto pelo Deputado Asdrubal Bentes, mas uma agradecimento pessoal de cada Deputado desta Comissão, um agradecimento extensível às famílias dos funcionários desta Casa, que largaram e que tiveram, num período muito ruim, que é o período de festas, onde toda a família se reúne, tiveram de se deslocar por esse Brasil afora, em busca talvez de uma utopia, em busca talvez de uma coisa difícil, de uma coisa que hoje pode ser dita como utopia. Mas, pelo menos, fizemos a nossa parte, e eles fizeram a parte deles. Mais do que funcionários, eles foram amigos, conselheiros de todos os Deputados. Podemos citar a D. Beth mostrando os pontos turísticos de todas as cidades do Brasil, visto que conhece todos, podemos citar a D. Elaine, com a sua capacidade absoluta de saber se o ouro é verdadeiro ou falso, e por aí afora. Um agradecimento à equipe de taquígrafos desta Casa, que também será oficiada, que nos acompanharam também por este Brasil afora e tiveram toda a paciência do mundo. Quero dizer aos senhores o seguinte: Como eu falei, a fé remove montanhas, mas também em determinados momentos, Deputado Josué eu tive dificuldade de acreditar que nós chegaríamos aonde vamos chegar daqui a minutos. Também uma citação que tem que ser feita, precisa ser feita, e eu acho justiça fazer. Também há uma citação que precisa ser feita e acho justiça fazê-la. Muitas ONGs vieram e deram sua contribuição, mas em uma, especificamente, tivemos interesse mais do que institucional, entre CPI, a ONG e o trabalho que faz. Tivemos um interesse mais do que pessoal, tivemos um interesse de amor pela causa, identificado na RENCTAS, que foi uma das primeiras a dar seu depoimento. Ao seu representante que aqui está, Sr. Dener não poderia deixar de fazer uma citação específica, ao senhor e a toda a sua equipe que compõe a ONG, que mais do que isso, ajudou-nos em operações de investigação, inclusive correndo os riscos próprios de uma operação dessa, sem nenhum tipo de problema. Falei para ele uma vez, lembro-me de falar para o Sr. Dener: o senhor tem 48 horas para me comprar, comprar não, localizar e contatar pelo menos duas espécimes de



araras do Anexo I. Em menos de 24 horas, já estava tudo pronto. Isso, inclusive, fez esta Comissão avançar na questão dos criadouros. A CPI estourou um criadouro irregular, um criadouro científico regular, mas que vendia animais, uma coisa absolutamente irregular. Ao pessoal do som, que sempre colocou minha voz mais bonita do que ela é. Não sei como eles fazem isso. Vou levá-los para meus próximos comícios, vou levar algum representante, com certeza. Gostaria de homenagear a imprensa, que nos acompanhou em nome da *TV Câmara*. É lógico que ouvi algumas coisas do Sr. Relator que fiquei preocupado. Eles vem em dois rapazes, um fica aqui, outro fica ali, piscando o olho um para o outro, fica meio esquisito, meio estranho. Mas, de qualquer maneira, a *TV Câmara* representou. Passamos por cima dessas coisinhas, são coisinhas, passamos por cima disso, e vamos homenagear a imprensa em nome da *TV Câmara* pela atitude democrática de dar voz e palavra às opiniões de todos os Deputados. Fiz questão de que isso ocorresse. Todos os Deputados aqui foram...

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Deputado Zequinha, estou me lembrando do Dr. Ulysses: "Vamos votar, Presidente! Vamos votar!" (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado, sofremos muito para chegarmos até aqui. Deixe-nos curtir um pouco. Citação especial que faço aos Srs. Deputados. Deputado Antonio Feijão, exímio conhecedor da Amazônia. Esse Deputado é um arquivo vivo de interesse nacional. Um arquivo vivo no bom sentido, Deputado, da Amazônia Legal.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Estava pensando no feijão ficar verde, mas desse jeito vai dar é gorgulho. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas que tem um conhecimento único da geopolítica da Região Amazônica. De poucos, aliás, de ninguém escutei observações tão aprofundadas. Uma pessoa que realmente estudou, uma pessoa que realmente quis estudar e tem saber, precisa ser aproveitada não por governos, mas pelo Brasil de um modo geral. É preciso que essa atitude seja aproveitada. O amor que a Deputada Vanessa Grazziotin tem por sua terra, a terra que ela escolheu, porque às vezes, é mais difícil. É mais fácil de se ter por onde nasceu; no meu caso, em Teresópolis, sou apaixonado. Mas a Deputada escolheu Manaus. Já disse ontem, vou dizer novamente como essa



Deputada é amada em Manaus, não só em Manaus, mas em toda a Amazônia. Duplicou, triplicou sua votação, fez o que quis. Hoje é uma pessoa reconhecida por políticos de todas as bandeiras. Estou falando por testemunho. Vimos o respeito que todos os políticos daquela região têm pela Deputada Vanessa Grazziotin. Quando nós outros aqui do Rio estávamos falando, havia uma falação danada. A Deputada Vanessa Grazziotin falava, todos escutavam, ficavam quietos, com respeito, sabendo que o que viria dali seriam coisas importantes para aquela região. Eu também fiz... Quero deixar claro aqui, também sou bastante razoável nisso, fiz a campanha da Deputada. Fui obrigado a ser assessor político da Deputada em várias ocasiões, mas com a resposta pronta daquele povo. Tivemos uma aula de Amazônia que poucos brasileiros tiveram o privilégio de ter, graças à Deputada Vanessa e a abnegados. Dizem que o IBAMA é corrupto, a Polícia Federal é corrupta, não sei o quê. Não é assim. Sempre que falamos erramos profundamente. Tivemos uma aula de Amazônia que, como falei, poucos brasileiros tiveram. O Deputado Josué Bengtson esteve presente a muitas reuniões desta Comissão, trazendo bom senso a esta Presidência, em várias ocasiões, sempre se dispondo a colaborar com seus conhecimentos. O Pará realmente é a terra de S.Exa., a terra que escolheu para estar. O Deputado Josué Bengtson dá o sangue pelo Pará. Isso é muito interessante. Deputado Asdrubal Bentes foi a minha consciência. Acho que concordamos uma única vez, nesse tempo todo, não foi Deputado? Já na primeira reunião nós saímos na pancada. V.Exa., porém, fez um trabalho que não podemos deixar de ressaltar. Foi também a consciência da Comissão em alguns pontos difíceis de serem debatidos, como a questão da reserva indígena, que, a quem se interessar, foi trazida pelo Deputado Asdrubal Bentes, além de uma outra, sobre a qual pouca gente tem coragem de falar. Na realidade, o que ocorre na região, basicamente, não passa do conflito da terra, da legalização da terra. O Deputado Asdrubal Bentes mostrou também a importância da atividade madeireira no Brasil. Eu sou do Rio de Janeiro e pouco sabia sobre a atividade. Para mim, as atividades relacionadas às madeireiras eram prejudiciais. Ele mostrou que a atividade é muito importante, que gera empregos em localidades onde o Poder Público não tem como agir. Incansável e intolerante em seus pontos de vista, V.Exa. foi nossa consciência. Por várias vezes tivemos debates, mas eu cresci um pouco mais depois de cada um



deles, Deputado, pode estar certo disso. O Deputado Luisinho, meu velho conhecido do Rio de Janeiro, vem de uma região absolutamente pacata, calma, onde nada parece acontecer, onde nem delegacia de polícia tem, porque não há necessidade. Trata-se de um lugar chamado Belford Roxo.

**O SR. DEPUTADO LUISINHO** - Sr. Presidente, assim V.Exa. me deixa mal diante de meus eleitores. Nossa cidade, que é uma cidade de paz, não pode aceitar essa contestação, da maneira como V.Exa. faz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas não é uma cidade calma e pacata? Eu costumo dizer... Não, eu não vou contar o que eu acho. Dessa vez V.Exa. escapou. O Deputado João Grandão, também membro da Comissão, acaba de chegar. Seja bem-vindo, Deputado. Chegou no momento oportuno: a votação do Relatório. O Deputado Luisinho, como eu já falei, agiu num aspecto bastante interessante, que foi o da identificação de animais, que é a sede de todo o tráfico, principalmente de passeriformes — piscitacídeos também; aliás, todos os animais estão sendo anilados, mas, nesse caso específico, cresceu o problema. O Relator absorveu praticamente todo o seu sub-relatório. Por último, destaco o Deputado Sarney Filho, que é a mesma pessoa, mudou de cor hoje, ficou mais verde, menos maduro. Porém, mais importante do que isso é que eu conheci S.Exa. como Ministro e passei a respeitar não o Ministro, porque isso é obrigação, mas passei a respeitar o homem que eu não conhecia. Passei a respeitar suas posições e principalmente a sua dedicação às causas ambientalistas, sem o radicalismo de alguns ex-ambientalistas, que hoje já estão começando a perceber que o mundo — e já perceberam há muito mais tempo do que eu mesmo — é muito mais do que uma bola, muito mais amplo, que o mundo é a consciência. Hoje se possui uma noção — e isso eu tive desde o primeiro momento em que lá fui despachar com o Ministro, quando eu era Deputado do Rio de Janeiro —, uma relação bastante interessante do que é a fronteira genética dos países, principalmente do Brasil. Hoje se sabe que ela não é fixa, que ela é muito mais ampla que a fronteira fixa, visto que o patrimônio genético pode render muito mais que a própria fronteira fixa. O Deputado Antonio Feijão quer fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO** - Sim, senão eu perco a ironia. A sorte da paciência do Asdrubal Bentes é que o *quorum* está baixo, não é? (*Risos.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - S.Exa. é paciente. O Deputado Asdrubal Bentes é um poço de paciência, por isso eu não estou preocupado. Continuando, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de render meu reconhecimento ao Relator, que, primeiramente, tem a noção exata do problema, conhece, sabe, tem informações específicas sobre o problema que esta CPI investigou. Mais importante do que isso, guarda a relação existente entre ação e força ou convencimento. Assim, S.Exa. busca delegar suas posições ao Brasil — que foi importante para o Brasil, que é e que será. Não vou falar da família de S.Exa., pois não a conheço, conheço apenas o Deputado Sarney Filho e agradeço muito a Deus a oportunidade de conhecer S.Exa. e por tê-lo colocado exercendo uma posição de que minha cidade muito precisou, em determinado momento, e S.Exa. estava lá pronto a responder, e respondeu de maneira efetiva, dando-nos até muito mais do que fomos pedir. Aprendi com S.Exa a pedir mais do que se precisa. S.Exa. me deu mais do que eu pedi porque minha cidade realmente precisava. S.Exa. tem realmente a noção tão grande de como ser, por que ser e como querer ser brasileiro. Vamos iniciar o processo de votação do relatório final. Declaro encerrado o prazo para apresentação de destaques. Para encaminhar a votação do relatório falarão quatro Srs. Deputados, dois a favor e dois contra, por cinco minutos cada um, incluído neste grupo o Relator. Eu gostaria de saber se existem dois contra — cinco a favor eu sei que há. Para orientar as bancadas, os Srs. Líderes ou representantes dos Partidas na Comissão, poderão falar pelo período de um minuto. Eu sugeriria que abrissemos mão do período de orientação de bancada e discussão.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Eu concordo, em meu nome. Eu gostaria de ouvir o Relator, pois houve sugestões feitas por V.Exa., por mim e por outros companheiros, sobre as quais ele ainda não emitiu seu parecer. O momento oportuno é este.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Vamos iniciar o encaminhamento. Falarão quatro Deputados — aliás, já falaram; vamos imaginar que seja esta a parte que V.Exa. está sugerindo. Com a palavra o Relator, para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Das propostas que foram apresentadas agora, o Relator acata integralmente a que diz respeito à modificação do processo





de relatório. Com relação à proposta de penas, infelizmente eu não vou poder acatar. Acho que teríamos de discutir a questão mais profundamente. Acho que aqui na Casa, no Parlamento, temos de discutir o assunto em várias, inúmeras reuniões. Não estou em desacordo com os princípios, com as idéias. Acho que há fundamento, no entanto, acredito que é uma questão delicada, que envolve pena. Por exemplo, a obrigatoriedade da reparação do dano ambiental é civil e já é prevista. Mas eu entendi perfeitamente o intuito. Discutiremos de forma mais aprofundada noutra ocasião. Eram basicamente esses os pontos. Há mais algum?

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - A PEC.**

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Com relação à PEC, já temos um projeto de lei, que prevê que no processo de criação de unidades de conservação do Poder Público Federal garantir-se-á, além da consulta pública de que tratam os § 2º e 3º, audiência dos governos estaduais e municipais afetados, na forma do regulamento. Na realidade, essa sugestão do Deputado Asdrubal Bentes supre uma lacuna que eu, quando Ministro, não deixei que acontecesse, mas por iniciativa do ministério. Por exemplo, no Amapá, queriam criar aquela unidade de conservação, hoje a maior do mundo, de forma apressada, sem ouvir o Governo do Estado, sem ouvir as prefeituras. Acho que é um direito garantido, já que faz parte da Federação, que os Estados e Municípios sejam ouvidos institucionalmente. Então, com isso aqui nós suprimos uma lacuna no sistema nacional de unidade de conservação. Quanto ao encaminhamento da PEC, tinha feito até uma redação. Esse encaminhamento, foi-me dito pelo assessor da parte jurídica, deveríamos detalhá-lo, porque, do jeito que coloquei nosso entendimento, não cria uma obrigatoriedade. Teria de ser já uma proposta da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Veja, o que pretendo é exatamente isso.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Eu queria, Deputado Asdrubal, então, como também é uma matéria que envolve muitos interesses, envolve, na realidade... A criação de unidades de conservação é uma das vertentes básicas. Aliás, quanto a isso, quero dizer a V.Exa. o seguinte. Nem sempre uma unidade de conservação criada é um empecilho ao desenvolvimento. Lá mesmo no Pará, foram criadas unidades de conservação de extrativismo. Estamos agora com a política de criar as



florestas nacionais. A floresta nacional é uma unidade de conservação de uso direto que vai — e tenho certeza de que esse talvez seja um dos pontos que o Ministério do Meio Ambiente, o Sistema Nacional do Meio Ambiente mais deveria se fixar — regulamentar o fornecimento de matéria-prima, de madeira para as madeireiras, vai fazer com que, através do manejo, o Poder Público, detendo de certa forma o controle, mas, terceirizando, impeça que o desmatamento continue avançando. Elas serviriam como escudos verdes, mas não escudos de intocabilidade, mas escudos de uso. Na realidade, nessa questão não me sinto pessoalmente, agora com esse novo caso, conscientemente livre para tomar uma decisão sobre isso. Até gostaria de ouvir os membros da Mesa para que pudéssemos... Queria também ouvir o pessoal jurídico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Vou suspender a sessão por um minuto.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Suspender a sessão por dois minutos para a gente se reunir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Um minuto.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** - Veja bem, fizemos aquele acordo. Com base naquele acordo concordei em não pedir verificação de *quorum*.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Tudo bem, calma. Vamos chegar a isso.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Solicito ao Sr. Relator, Deputado Sarney Filho, que relate o acordo feito dentro da proposta do Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - O texto ficaria assim, Sr. Presidente, Srs. Membros: *"Em relação à sugestão da PEC, proposta pelo Deputado Asdrubal Bentes, o Relator propõe a apresentação pela CPI do PL em anexo e encaminha a minuta da PEC para a Mesa da Câmara dos Deputados, com a indicação de que esta importante matéria seja discutida logo no início da nova legislatura, após a coleta das assinaturas exigidas pelo Regimento para sua regular tramitação. Quanto à apresentação, sugere-se que seja dada prioridade a ela."*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Ribeiro) - Chegando ao acordo, demonstrando que esta é uma Casa de entendimentos, passaremos então à votação do relatório que a Secretaria... Não há destaques ao texto. Em votação o relatório. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. *(Palmas.)* Antes da saída dos Srs. Deputados, submeto ao Plenário a possibilidade de suspender a sessão por 10 minutos para aprovação da Ata ou posso também, enquanto Presidente, considerar aprovada a Ata desta reunião, sem suspensão dos trabalhos. *(Pausa.)* O Presidente considera aprovada a ata desta reunião. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos desta CPI, agradecendo a colaboração a todos os Parlamentares, funcionários, assessores que dela participaram.